



12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará

ANÁLISES E REFLEXÕES SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO REGULAR

Huber Kline ¹

Helen Nazaré Silva Amaral ²

Soraia Silva Fernandes ³

COMUNICAÇÃO ORAL

Eixo temático: Políticas públicas e direitos da pessoa com deficiência

Resumo: este trabalho tem como objetivo analisar o texto de Anna Maria Lunardi Padilha, intitulado “Desafio para a formação de professores: alunos Surdos e ouvintes na mesma sala de aula?” e relacioná-lo às reflexões de outros autores que discutem sobre Educação de Surdos, tais como: CAMPOS (2013), LACERDA (2006) e OLIVEIRA (2004). O referido texto está presente no livro “Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização” de autoria de Ana Claudia Balieiro Lodi e Cristina Broglia Feitosa de Lacerda. O presente trabalho foi desenvolvido metodologicamente a partir de um levantamento bibliográfico que fez parte do Projeto de Intervenção Metodológica denominado “O processo ensino-aprendizagem da Libras e a formação de professores: saberes e perspectivas” coordenado pelo Prof. Huber Kline Guedes Lobato por meio do Programa de Projeto de Intervenção Metodológica (PAPIM) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Para realizar a análise da obra de Padilha (2009), organizamos um planejamento seguido de: leitura inicial do texto; fichamento dos pontos principais da obra; análise do fichamento; e produção do resumo. Conclui-se com este trabalho que, para que se tenha uma escola realmente inclusiva, a formação de professores – e não somente deles, mas de todos os cooperadores da escola – é sem sombra de dúvida estritamente necessária para que esses profissionais possam atender de maneira adequada os alunos Surdos.

Palavras-chave: Inclusão Escolar. Alunos Surdos. Escola Bilíngue.

¹ Professor Mestre e chefe da Câmara de Ensino do Curso de Letras Libras / Língua Portuguesa (L2) para Surdos da Faculdade de Letras Estrangeiras Modernas (FALEM), Instituto de Letras e Comunicação (ILC) da Universidade Federal do Pará.

² Graduanda do Curso de Letras Libras / Língua Portuguesa (L2) para Surdos da Universidade Federal do Pará e bolsista do Projeto de Intervenção Metodológica intitulado “O processo ensino-aprendizagem da Libras e a formação de professores: saberes e perspectivas” coordenado pelo Prof. Huber Kline Guedes Lobato por meio do Programa de Projeto de Intervenção Metodológica (PAPIM) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

³ Graduanda do Curso de Letras Libras / Língua Portuguesa (L2) para Surdos da Universidade Federal do Pará e professora de Língua Portuguesa da Escola Estadual de Ensino Médio Prof^a Maria da Glória R. Paixão do município de Jacundá-Pará.



12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Para expressarmos nossas análises e reflexões referentes à inclusão de discentes Surdos no ensino regular a partir dos pressupostos de Anna Maria Lunardi Padilha⁴ no texto intitulado “Desafio para a formação de professores: alunos surdos e ouvintes na mesma sala de aula?”, faz-se necessário inicialmente definirmos os conceitos de Educação Inclusiva, Surdez e aluno Surdo.

Conforme Oliveira (2004) o paradigma da inclusão, que vemos surgir na década de 1990, visa a inclusão das pessoas com necessidades especiais ao sistema comum de ensino rompendo a discriminação destas pessoas na escola, que estava configurada por meio das “classes especiais”. Este paradigma tem como pressuposto uma “educação para todos”, ou seja, uma educação que respeite as distintas peculiaridades sociais e individuais dos alunos.

Segundo Dorziat (2011), a concepção de inclusão teve impulso e se fortaleceu a partir da Declaração de Salamanca de 1994, que traz em seu bojo várias propostas detalhadas sobre a necessidade de preparação das escolas comuns para que incluam todos os indivíduos historicamente excluídos do sistema educacional.

Contudo, em nosso país, mesmo diante destas premissas educacionais determinadas pela Declaração de Salamanca e até mesmo pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) as escolas, segundo Dorziat (2011):

continuam a manter as mesmas e precárias condições oferecidas aos que já estavam supostamente incluídos. Se os já incluídos não veem atendidas suas necessidades educativas mais elementares, como esperar que haja disponibilidade dessa mesma escola em se preparar para receber os excluídos (p. 24).

⁴ Anna Maria Lunardi Padilha é graduada em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, possui mestrado em Psicologia da Educação e doutorado em Educação Conhecimento Linguagem e Arte pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é professora titular da Universidade Metodista de Piracicaba. A pesquisadora tem experiência na área de Educação, com ênfase em Psicologia da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação Especial; Inclusão e Exclusão Social; Práticas Educativas Escolares e não Escolares, formação de professores, Desenvolvimento Humano; Processos de Ensino e Aprendizado, Conhecimento e Cotidiano Escolar.



12^a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

No âmbito deste processo de inclusão/exclusão estão os alunos Surdos que historicamente têm sofrido as consequências de uma educação voltada para o desenvolvimento das habilidades da linguagem oral e que, muitas vezes, nega o direito dos discentes Surdos em usar a língua de sinais, no caso do Brasil, a Língua Brasileira de Sinais (Libras).⁵

Segundo a regulamentação da Lei nº 10.436, de abril de 2002, a Libras é um meio legal de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas Surdas do Brasil.

Assim, de acordo com o decreto 5.626/2005, em seu Art. 2º, a pessoa Surda é aquela que, devido à surdez, interage com o mundo por meio de experiências visuais e manifesta sua cultura por meio da Libras. Para Dorziat (2011), “os Surdos, assim como outros cidadãos, têm direitos fundamentais, entre eles e o mais importante é: vivenciar sua experiência humana de ser Surdo em toda a extensão que isso represente” (p. 60)

Neste sentido, conforme nos aponta a autora “quando se trata de inclusão, a valorização da língua de sinais para os Surdos é questão essencial, como possibilidade de igualdade de condições de desenvolvimento entre as pessoas” (DORZIAT, 2011, p. 27). Ainda assim, mesmo nos dias atuais a educação inclusiva de alunos Surdos continua com muitos entraves ou problemas que geram o fracasso escolar e a dificuldade de interação do aluno Surdo na escola regular.

Com base nestes pressupostos, surge-nos alguns questionamentos: o que pesquisadores brasileiros pensam sobre a inclusão de alunos Surdos na escola regular? Que condições são necessárias para podermos falar de inclusão escolar de alunos Surdos? A Libras é um fator determinante na inclusão do aluno Surdo na sala de aula do ensino regular?

⁵ Utilizaremos neste artigo a nomenclatura Libras, com inicial maiúscula, conforme descrita na Lei 10.436/02 e no decreto 5.626/05 que expressam o termo escrito desta forma (Libras).



12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

Essas são algumas das perguntas que têm acompanhado pesquisadores e professores que de alguma forma se ocupam do trabalho ou da discussão da educação de Surdos em nosso país. Inclusive Lacerda (2006) nos aponta que:

A educação de pessoas Surdas é um tema bastante preocupante. Pesquisas desenvolvidas no Brasil e no exterior indicam que um número significativo de sujeitos Surdos que passaram por vários anos de escolarização apresenta competência para aspectos acadêmicos muito aquém do desempenho de alunos ouvintes, apesar de suas capacidades cognitivas iniciais serem semelhantes (p. 164).

Neste sentido, este trabalho tem como objetivo realizar a análise do texto de Anna Maria Lunardi Padilha, intitulado “Desafio para a formação de professores: alunos surdos e ouvintes na mesma sala de aula?”. O referido texto está presente no livro “Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização” de autoria de Ana Claudia Balieiro Lodi e Cristina Broglia Feitosa de Lacerda.

Este artigo foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica que, para Cajueiro (2013), refere-se “à análise e discussão apenas de referencial bibliográfico de autores e literaturas, artigos ou monografias sobre o tema da pesquisa” (p. 23). Ou seja, não utilizamos de pesquisa prática, apenas pesquisa teórica, a partir de materiais impressos.

A produção deste trabalho faz parte de uma ação de levantamento bibliográfico do Projeto de Intervenção Metodológica intitulado “O processo ensino-aprendizagem da Libras e a formação de professores: saberes e perspectivas” coordenado pelo Prof. Huber Kline Guedes Lobato por meio do Programa de Projeto de Intervenção Metodológica (PAPIM) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Para realizar o resumo da obra de Padilha (2009), organizamos um planejamento seguido de: leitura inicial do texto; fichamento dos pontos principais da obra; análise do fichamento; e produção do resumo. O texto de Padilha tem a finalidade de refletir e discutir de forma crítica os discursos da escola inclusiva juntamente com a formação de docentes que, em sala de aula lecionam para alunos Surdos e ouvintes. Além disso, o texto revela que o sentido da educação escolar a



12 a 14
DE NOVENBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

partir da proposta de inclusão de discentes Surdos ainda é um caminho em construção.

Com base nos pressupostos de Padilha (2009), inferimos que incluir alunos Surdos em uma escola regular requer um corpo docente qualificado, pois somente o fato de se ter intérpretes de Libras em sala de aula não atende às especificidades individuais desses alunos. A escola como um todo necessita se adequar de modo a sanar as dificuldades do aluno Surdo e com isso promover o acesso desse aluno ao processo ensino-aprendizagem por meio da Libras.

2 INCLUSÃO DE SURDOS NO ENSINO REGULAR: ANÁLISES E REFLEXÕES

No texto “Desafio para a formação de professores: alunos surdos e ouvintes na mesma sala de aula?” a autora expõe que um dos desafios enfrentados por professores refere-se à questão da identidade do “ser professor” já que em sala a profissão exige conhecimentos e práticas que os cursos de formação inicial não abrangem e tampouco a formação continuada consegue aprofundar.⁶ Padilha (2009) expõe ainda que a proposta de inclusão escolar vem acompanhada de inúmeras dúvidas e mitos levando esses profissionais a confundirem teorias e terem práticas pedagógicas inadequadas e frustrantes com seus alunos Surdos.

Padilha (2009) evidencia a importância da educação estar diretamente ligada aos fundamentos de igualdade e diversidade das políticas públicas juntamente com professores comprometidos com o ensino para todos, onde todas as relações desde a escolha do conteúdo, a metodologia de ensino e as formas de avaliações devam atender as necessidades de cada aluno.

⁶ Segundo Borges (2010) a formação inicial se refere a formação primeira, aquela que habilita profissionalmente e que permite a inserção no campo profissional na área da educação. E a formação continuada diz respeito às atividades formativas desenvolvidas pelo profissional no seio da própria atuação profissional: participação em congressos, colóquios, seminários; em cursos; experiências e relações profissionais no próprio contexto de atuação.



12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

O texto cita que é necessário que os professores sejam valorizados e se tornem autônomos e conscientes do que fazem e para que fazem, tornando-se atores críticos às políticas de inclusão que são apresentadas como salvadoras, mas que na realidade são formas de exclusão social e escolar, quando diz:

Só o conhecimento cada vez mais apurado pode oferecer autonomia aos professores. E é urgente que os professores sejam autônomos, no sentido de um trabalho consciente e científico. A valorização dos professores depende, também, da luta pelo direito de conhecer profundamente: O que fazemos. Por que fazemos. Para que fazemos. O que queremos e por que queremos. O que não queremos e por que não queremos (PADILHA, 2009, p. 114).

Conforme a autora, quando se determina o que não se quer, enquanto professores, nós estamos tentando nos libertar das armadilhas das “boas intenções”; das propagandas enganosas; das resoluções das políticas públicas que se apresentam como soluções salvadoras da miséria e da injustiça, a favor do direito e da cidadania. Ficamos menos vulnerável ao que nos impõem como alternativas à exclusão social e escolar, mas que são apenas medidas governamentais paliativas.

Padilha (2009) escreve ainda que, enquanto se levanta o questionamento de que se é necessário o professor ter uma formação especial para ensinar alunos Surdos, esses mesmos alunos se encontram já em sala e possuem o direito de aprender de acordo com suas necessidades, o que de nenhuma forma significa que devem estar matriculados em salas cheias de alunos sem a estrutura apropriada.

A autora defende a necessidade do ensino ser promovido de acordo com as diferenças linguísticas dos discentes Surdos e também de acordo com a proposta de escola bilíngue, ao dizer, que os Surdos:

São crianças, são alunos, têm direito aos estudos, ao conhecimento, à inserção cultural, se respeitadas as diferenças linguísticas e conseqüentemente forem aprimorados procedimentos didáticos adequados. A escola seriamente comprometida com o aprendizado dos alunos Surdos vê e assume o domínio da Língua Brasileira de Sinais para todos que nela estão. Todos ganham em conhecimento; todos ganham em partilha de vida: ouvintes e Surdos (PADILHA, 2009, p. 119).



12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

A autora enfatiza ainda que algumas situações podem ocorrer quando as escolas acolhem alunos ouvintes e Surdos. Uma delas é o fato de se pensar que colocando intérpretes de Libras os problemas de ensino e aprendizagem já estarão resolvidos, já que esses profissionais estariam interpretando às aulas. Segundo Padilha (2009) somente essa interpretação não basta, é necessário algo a mais e para isso é imprescindível:

Uma escola especialmente organizada para o atendimento de pessoas Surdas, na qual todos os conteúdos acadêmicos fossem ministrados em sinais, com um professor com domínio de Libras, em meio a usuários de Libras, seria o ambiente acadêmico desejável para o desenvolvimento pleno da pessoa Surda (LACERDA, 2000 *Apud.* PADILHA, 2009, p. 120).

Outra situação que pode ocorrer é que, o fato de docentes assumirem turmas com alunos Surdos e terem apoio de profissionais e pesquisadores da área da surdez não garante que todas as crianças estejam aprendendo. A autora apoia a formação de professores de maneira regular e tece críticas à formação rápida por meio de oficinas “relâmpagos”, já que segundo ela é necessário que os professores estejam regularmente e cotidianamente buscando novas formas de ensinar, para facilitar o aprendizado desses alunos.

O texto aborda mais uma vez a necessidade de se ter uma consciência política por parte dos educadores, tornando-se cada vez mais críticos para que se obtenha a escola livre da exclusão e também destaca a importância da formação em Libras não somente dos professores, mas de todos que trabalham na escola.

Padilha (2009) finaliza o texto expondo novamente seu ponto de vista sobre a formação de professores, ao escrever que:

Falar de formação de professores e dos desafios que enfrentam é assumir que concepções e conhecimentos sejam questionados, ressignificados, convertidos, coletiva e individualmente.
Por isso insisto que não se trata de cursos rápidos ou instruções sobre estratégias de ensino sem que, articuladamente, se discutam questões de fundo que darão base para conhecimentos do cotidiano (PADILHA, 2009, p. 125).



12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

Diante disso podemos afirmar que a crítica da autora em relação à escola inclusiva, é de fato justa, visto que esta escola nem sempre atende às necessidades de alunos Surdos. Para que se tenha uma escola realmente inclusiva, a formação de professores – e não somente deles, mas de todos os cooperadores da escola – é sem sombra de dúvida estritamente necessária para que esses profissionais possam atender de maneira adequada a esses alunos.

Assim, como Padilha (2009) mesma citou em seu texto, a inclusão desses alunos deve ir além da presença de intérpretes e professores Surdos, pois o material que será abordado por esses profissionais em sala de aula deve ser adequado para as especificidades de cada aluno. Assim, pode-se afirmar que o posicionamento da autora está de acordo com os pressupostos de Campos (2013), que nos diz que:

Lembre-se que não é simplesmente a formação de professores proficientes em Libras que solucionará os problemas com a educação de Surdos. Isso envolve também o reconhecimento dos aspectos didáticos e metodológicos adaptados à cultura surda e à língua de sinais, que são diferentes de uma aula destinada a alunos ouvintes. Educação Inclusiva não significa apenas ofertar o acesso dos alunos às escolas ou à língua, é necessário a formação profissional específica para se trabalhar com esses alunos, e, também, saber lidar com as diferenças de cada aluno e interagir de forma correta com cada um deles (p. 53).

Com isso, ao se defender a necessidade da escola respeitar a diferença linguística dos alunos Surdos, percebe-se que há uma defesa em relação à escola bilíngue, sendo uma escola que prioriza a língua de sinais como primeira língua dos discentes Surdos. Não somente Padilha (2009), mas outros autores também defendem a escola bilíngue. Vejamos o posicionamento de um desses autores em defesa do bilinguismo:

O bilinguismo é uma proposta de ensino usada por escolas que se propõem a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar. Os estudos têm apontado para essa proposta como sendo mais adequada para o ensino de crianças Surdas, tendo em vista que considera a língua de sinais como língua natural e parte desse pressuposto para o ensino da língua escrita (QUADROS, 1997 *Apud* CAMPOS, 2013, p. 40).

Portanto, podemos afirmar que Anna Padilha está correta ao tratar da necessidade de se ter uma formação continuada para professores, visto que os



cursos de formação inicial não abordam situações que esses enfrentam no dia-a-dia escolar.

Formação não se recebe como um pacote fechado que se pode abrir e nele encontrar objetos que precisamos para uma ou outra tarefa – é um processo que demanda, entre tantas outras circunstâncias, duas que me parecem fundamentais: “conhecimento específico” e “educação filosófica-sociopolítica”. Nenhuma delas, nem conhecer, nem se educar politicamente, é fruto de genialidade, mas, ao contrário, de muito esforço, muito trabalho; fruto de um desejo de saber para fazer e pensar sobre o feito (PADILHA, 2009, p. 117).

Como a própria autora evidenciou no texto o termo escola inclusiva deve ir além de se colocar alunos Surdos em sala e sim reformular conceitos e teorias ultrapassadas e ter profissionais qualificados e dispostos a se capacitarem a cada dia para melhorar a qualidade de ensino, principalmente ao que concerne ao ensino de alunos Surdos.

Prescinde à escola estar adequada para receber estes alunos Surdos, proporcionando formação continuada aos seus professores e demais profissionais, assim como disponibilizar serviços que contemplem aos Surdos formas de aprendizagem em sua própria língua e assim eliminar barreiras linguísticas e culturais no ambiente escolar.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo realizar a análise do texto de Anna Maria Lunardi Padilha, intitulado “Desafio para a formação de professores: alunos surdos e ouvintes na mesma sala de aula?” e relacioná-lo às reflexões de outros autores que discutem sobre Educação de Surdos. O texto visa refletir e criticar a formação de professores juntamente com a escola inclusiva, assim a autora deixa claro que é contra a forma como a inclusão do Surdo vem acontecendo no ambiente escolar regular.

Entendemos que a formação de professores, em consonância com a autora, vai além dos cursos de formação inicial, mas se aperfeiçoa continuamente. É



12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

evidente que os atuais cursos de graduação não formam profissionais aptos para trabalhar com as diferenças, por isso tem-se a necessidade de uma formação continuada e uma constante reflexão sobre a forma de ensino que seja voltada para todos.

Incluir alunos Surdos em uma escola regular requer um corpo docente qualificado, já que como a autora exemplificou o fato de se ter um intérprete em sala não atende as especificidades desses alunos. Muitos alunos Surdos estão em salas regulares acompanhados por intérpretes e, mesmo assim, estes alunos não compreendem o conteúdo. Com isso, para que esses alunos sejam mais bem atendidos, além da aula ser ministrada em Libras (no caso do Brasil), toda a metodologia deve ser modificada.

A educação de Surdos tem de ser melhorada. Mas de que forma? Mediante a implementação da escola bilíngue, onde os alunos terão um melhor acesso à educação, visto que, além de terem aulas em sua língua materna, que é a Libras, o conteúdo será ministrado de forma bem mais compreensiva a partir de elementos visuais.

Para isso, deve-se haver uma ação conjunta: o governo deve investir cada vez mais na oferta de espaços escolares bilíngues e na formação de profissionais dessa área; as escolas devem procurar atender melhor os alunos já matriculados; e nós, os profissionais da área, devemos cada vez mais lutar para que o acesso à educação seja de fato um direito de todos, em especial dos educandos Surdos.



12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 10 out. 2015.

BRASIL. **Lei 10.436 de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm>. Acesso em: 10 out. 2015.

BRASIL. **Decreto nº 5.626** de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 10 out. 2015.

BORGES, L. F. F. Um currículo para a formação de professores. In: VEIGA, I. P. A; SILVA, E. F. da (Orgs.). **A escola mudou. que mude a formação de professores!** Campinas: Papirus, 2010, p. 35-60.

CAJUEIRO, Roberta Liana Pimentel. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos**: Guia prático do estudante. 1. ed. Rio de Janeiro: 2013.

CAMPOS, Mariana de Lima Isaac Leandro. Educação inclusiva para surdos e as políticas vigentes. In: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos. **Tenho um aluno surdo e agora?** Introdução à Libras e educação de Surdos. São Paulo: EdUFSCar, 2013.

DORZIAT, A. (Org.). O direito dos surdos à educação: que educação é essa? In: DORZIAT, A. (Org.). **Estudos Surdos**: diferentes olhares. Porto Alegre: Mediação, 2011.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e interpretes sobre esta experiência. Cad. Cedes, Campinas, v. 26, n. 69, 2006, p. 163-182.

LODI, Ana Claudia Balieiro; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. (Org.). **Uma escola, duas línguas**: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Porto Alegre: Mediação, 2009.



12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

OLIVEIRA, I. A. de. **Saberes, imaginários e representações na educação especial**: a problemática da “diferença” e da exclusão social. Petrópolis, RJ: Vozes: 2004.

PADILHA, Anna Maria Lunardi. Desafio para a formação de professores: alunos surdos e ouvintes na mesma sala de aula? In: LODI, Ana Claudia Balieiro; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. (Org.). **Uma escola, duas línguas**: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Porto Alegre: Mediação, 2009.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Disponível: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso: 10 out 2015.